



Ao lado de Cristovam, Paim (3º à esq.) participa de audiência

## Paim apela por projeto sobre cota nas universidades

Senador espera que a Câmara aprove sistema de cotas nas universidades para negros e alunos de escolas públicas. **Página 8**

## Marta diz que contratos do Reluz são legais

Ex-prefeita de São Paulo afirma que não cometeu nenhuma irregularidade ao realizar operação relativa ao Reluz. **Página 7**



Ao lado de Luiz Otávio, Marta Suplicy presta explicações à CAE

# Divergência entre Poderes leva Renan ao STF

“A ninguém interessa o impasse. É fundamental que todas as denúncias feitas às CPIs sejam esclarecidas”, afirma o presidente do Senado

A pedido do líder do PSDB, Arthur Virgílio, o presidente do Senado, Renan Calheiros, comprometeu-se a marcar reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal para tratar dos atritos que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário. Em Plenário, Sérgio Guerra afirmou que os recentes conflitos

são “sintomas de um mal-estar crescente de ameaça à democracia”. O líder do PDT, Jefferson Péres, disse que o Brasil estaria se equiparando aos países mais atrasados do mundo ao ter suas instituições “maculadas e anuladas por uma elite política e judiciária”. Almeida Lima pediu a demissão dos ministros da Fazenda e da Justiça. **Página 4**



Efraim Morais (em companhia de Wlício) lê documento enviado por Nildo à CPI dos Bingos

## Oposição tem pressa de votar o Orçamento

Papéis se alteram: agora é a base do governo que não mostra empenho. **Página 3**

## Nildo, o caseiro, abre mão de todos os seus sigilos

O advogado Wlício Nascimento, que representa o caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, entregou ao presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, documento no qual Nildo autoriza a CPI a quebrar

seus sigilos fiscal, bancário e telefônico. Um pedido de Ideli Salvatti para ter acesso às fitas do circuito interno de TV a fim de acompanhar a movimentação do caseiro gerou acalorado debate em Plenário. **Página 5**

## Renan apóia pedido dos pequenos empresários

Em encontro com pequenos empresários de vários setores, liderados pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Guilherme Afif Domingos, o presidente do Senado, Renan Calheiros,

prometeu empenho na luta para restaurar os limites das alíquotas de imposto para as micro e pequenas empresas cadastradas no Simples, que foram aumentados em até 66,6% pela Receita Federal.



Renan (C) ouve pedido de Afif Domingos para que sejam revisados os valores contidos na Medida Provisória 275/05

Parceria une conhecimento da Unilegis e do ILB nos assuntos legislativos com a experiência da Unisul em ensino a distância



Bornhausen, Efraim, Gérson e Agaciel: parceria para desenvolvimento de projetos

## Educação a distância: Senado e Unisul assinam convênio

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis), firmou ontem convênio com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) para desenvolvimento de projetos conjuntos no ensino a distância.

– Essa parceria é importante para a preparação de funcionários e estudantes da universidade. Estamos melhorando e preparando a mão-de-obra para o futuro – assinalou o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB).

O reitor da Unisul, Gérson da Silveira, explicou que o convênio é importante para os alunos que precisam de formação específica em assuntos do Legislativo.

– Podemos contribuir, já que a universidade tem experiência em ensino a longa distância. Esse é

mais um atestado de competência da nossa instituição – afirmou.

Silveira informou que em dois anos, desde que os cursos a distância começaram na Unisul, o número de alunos nos cursos de graduação já chegou a mais de 6 mil. Na pós-graduação, são 5 mil matriculados. O reitor da Unisul também observou que a taxa de evasão é muito baixa (6%).

– É uma iniciativa importante para quem trabalha com o Legislativo no país inteiro – acrescentou.

Participaram da solenidade o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) – que, quando ministro da Educação, assinou o ato de criação da Unisul –, o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário

Com nove medidas provisórias (MPs) trancando a pauta, o Plenário realiza sessão deliberativa às 14h. As MPs e os projetos de lei de con-

versão (em que se transformam as MPs modificadas) têm preferência na votação. O debate sobre a violação do sigilo bancário do caseiro

Franceniildo Santos Costa e a suspensão de seu depoimento na CPI dos Bingos deve predominar nos discursos dos parlamentares.

## Campanha da Fraternidade é tema de sessão especial

O Plenário realiza, às 12h, sessão especial para celebrar a Campanha da Fraternidade de 2006, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”. Foram

confirmadas as presenças do secretário de Esporte de São Paulo, Lars Graef, do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Vital Severino Neto, do ator Marcos Frola e do atleta Clodoaldo Silva.



## CPI dos Bingos discute denúncias sobre Ribeirão Preto

A CPI dos Bingos reúne-se por volta das 12h, após a CCJ, para votar requerimentos e ouvir a superintendente do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto

(SP), Isabel Bordini, sobre supostas fraudes nos contratos da área durante a gestão do atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na prefeitura daquele município. Também será

tema de debate na CPI a votação da quebra do sigilo bancário do caseiro Franceniildo Santos Costa, que já teve extratos bancários publicados pela imprensa.

## Presidência de conselho em análise pela CCJ

A indicação da ministra Ellen Gracie para a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o primeiro item a ser discutido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. A CCJ

também pode votar a proposta (PEC 38/04) que pretende acabar com o voto secreto no Congresso Nacional e projeto que permite a alienação de um helicóptero brasileiro para o governo do Uruguai (PLC 16/06).



## Saraiva Felipe fala sobre combate à gripe aviária

As medidas tomadas pelo governo brasileiro para evitar uma eventual epidemia de gripe aviária no país serão discutidas pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em reunião marcada para as 10h. O ministro da Saúde, Saraiva Felipe, é o convidado do encontro. Ele fala sobre as ações do Executivo para a prevenção da doença.



## Emigração ilegal

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal reúne-se às 14h para continuar o mapeamento da emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos, via México. Está marcada ainda reunião administrativa e o depoimento do consultor-geral do Brasil em Ciudad del Este, no Paraguai, que fala sobre a situação de brasileiros na região.

## CPI dos Correios

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios tem reunião prevista para as 15h. O grupo vai ouvir o titular do Escritório de Integridade da Função Pública do Canadá, Pierre Martel, sobre as iniciativas canadenses no combate a fraudes como tráfico de influência e corrupção por funcionários públicos.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151  
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
*Tel.:* 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Tião Viana e Efraim Morais

## Representante do Consea defende criação de imposto

A criação de um imposto sobre grandes fortunas foi defendida ontem por José de Arimatéia Rodrigues, integrante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Esse tributo já está previsto na Constituição federal, mas ainda não foi regulamentado.

Rodrigues também sugeriu a constituição, com os recursos obtidos do novo imposto, do Fundo para o Programa de Valorização do Salário Mínimo. O representante do Consea fez as propostas durante audiência promovida pela comissão mista do Congresso que estuda uma política de reajustes para o salário mínimo. Rodrigues representa a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Consea.

Mas o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou a idéia, argumentando que o país “já enfrenta uma das maiores cargas tributárias do mundo, e não precisa de mais impostos”. Favorável à proposta, o relator da comissão, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que “a polêmica é natural quando se trata de distribuição de renda”.



Órgão tentou impedir festividades de 60 anos da vila do Surumu, relata Mozarildo

## Mozarildo acusa Funai de promover apartheid em reserva

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o administrador substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Roraima por ter determinado à prefeitura de Pacaraima o cancelamento ou a transferência para outro local das festividades, programadas para o último fim de semana, de comemoração dos 60 anos da vila do Surumu. Segundo o senador, a Funai afirmara que havia a “impossibilidade jurídica” da entrada na vila de pessoas não pertencentes à comunidade indígena dos Macuxi, uma vez que Surumu está dentro da área da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

– A Funai quer promover um apartheid – acusou Mozarildo.

Mestrinho diz que o governo parece não ter interesse em mobilizar seus parlamentares para votar o projeto orçamentário, atrasado três meses

# Oposição, agora, tem pressa na votação do Orçamento

Depois de meses em que as oposições dificultaram a discussão e votação do projeto do Orçamento federal para este ano, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) passou a viver nas últimas horas uma situação inédita: agora, a oposição quer pressa, mas a base do governo não tem mostrado empenho na votação.

Ontem, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), afirmou que “o governo tem maioria, mas parece não ter interesse em mobilizar seus parlamentares para votar o Orçamento”. Ele reafirmou que renunciará ao posto na próxima terça-feira caso o projeto orçamentário não esteja votado até lá. Se isso ocorrer, a CMO ficará nas mãos do deputado Mussa Demes (PFL-PI), de oposição.

Mesmo sem a votação do Orçamento, o governo tem conseguido manter a máquina pública, liberando mensalmente parcelas do projeto orçamentário original enviado ao Congresso, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O governo foi autorizado no final do ano passado a liberar neste ano cerca de R\$ 12 bilhões de restos a pagar de 2005. Além disso, tem usado de medidas provisórias para liberação de novos investimentos.

Para o relator-geral do projeto orçamentário, deputado Carlito Merss (PT-SC), os parlamentares



Merss, entre Fernando Bezerra e Gilberto Mestrinho: cautela quanto à posição do governo

do PFL e do PSDB, “que seguraram por meses a tramitação”, agora “estão desesperados” por causa da pressão de prefeitos e governadores desses partidos.

– Sem o Orçamento, como é que os prefeitos e governadores vão se candidatar a convênios do governo federal para novas obras? – questionou Carlito Merss.

O relator foi cauteloso ao comentar a hipótese de os governistas tentarem atrasar a votação do Orçamento, esperando o resultado de negociações paralelas entre o governo e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em torno da regulamentação de um fundo para as compensações dos estados exportadores devido à Lei Kandir.

– Se ainda for possível uma solução no Confaz, isso seria o melhor dos mundos – comentou.

## Adiada votação do quadro de pessoal da Anac

Após mais de três horas de debate, ficou adiada a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/06 – proveniente da Medida Provisória 269/05 –, que, entre outras providências, aumenta as gratificações dos servidores de agências reguladoras e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e cria a estrutura de pessoal da recém-instalada Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em virtude de falta de acordo em diversos pontos da proposição, a votação foi transferida para a próxima terça-feira.

Um dos pontos mais criticados foi a fixação pelo PLV da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC), relativa ao poder de polícia decorrente das atividades de fiscalização da agência sobre

as companhias aéreas, aeroportos e prestadores de serviços aéreos em geral. Para o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a TFAC aumentará a carga tributária para o cidadão comum. De acordo com a relatora-revisora em Plenário, Fátima Cleide (PT-RO), a taxa já estava prevista na Lei 11.182/05, que criou a Anac, apenas ainda não haviam sido estabelecidos os critérios de recolhimento.

A criação de 400 cargos efetivos da carreira de diplomata no Serviço Exterior Brasileiro também foi longamente discutida pelos parlamentares. Questionou-se ainda a necessidade de criação de 2.020 cargos distribuídos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), Inmetro e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O governo voltou atrás no acordo que previa um corte de 12,5% nos valores de emendas de bancadas estaduais e de comissões para aumentar o volume das compensações dos estados, o que havia permitido a votação do relatório principal da proposta na semana passada. A rejeição do acordo foi formalmente anunciada ontem pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG). Aprovado por todos os líderes, o acordo garantia aos estados mais R\$ 1,8 bilhão para o ressarcimento das perdas. Desse total, R\$ 900 milhões sairiam do corte das emendas e outros R\$ 900 milhões ficariam condicionados ao aumento da arrecadação. O governo, segundo Machado, somente aceitaria direcionar mais R\$ 1,8 bilhão para a despesa se todo o montante ficasse sujeito a aumento de arrecadação.

Segundo Aloizio Mercadante (PT-SP), a criação desses cargos – que serão providos por concurso público – é fruto de exigência do Tribunal de Contas de União, cujo objetivo é substituir trabalhadores terceirizados por servidores de carreira. A matéria recebeu parecer favorável da relatora-revisora Fátima Cleide, que ainda apresentou uma emenda para estender a majoração das gratificações aos servidores cedidos para as agências. Qualquer modificação no PLV fará com que o projeto volte à Câmara.

O Senado recebeu no fim da sessão a MP 277/06, que abre crédito extraordinário para ministérios. Agora são nove medidas provisórias trancando a pauta de deliberações do Plenário.

## Senado homenageia Campanha da Fraternidade

Será realizada hoje, a partir das 12h, no Plenário do Senado, sessão especial destinada a homenagear a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 2006, que tem como tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”.

Na entrada do Plenário os convidados receberão duas cartilhas: *Direitos do Cidadão Especial, um guia para pessoas com deficiência*, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e *Acessibilidade: Passaporte para a cidadania das pessoas com deficiência*, assim como o *folder Senado Federal acessível em todos os sentidos*.

O Hino Nacional será interpretado em Libras por deficientes auditivos. Participará também do evento o deficiente visual Ariosto Lopes, que cantará algumas músicas acompanhado de teclado.

Além de representantes da CNBB, deverão estar presentes integrantes do movimento das pessoas com deficiência; o secretário de estado de São Paulo da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, Lars Grael; o ator Marcos Frota; e o nadador paraolímpico Clodoaldo Silva.

## Ellen Gracie será sabatinada para presidir CNJ

A ministra eleita para a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, será sabatinada hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ocupar o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme determina a Constituição. Ao eleger Ellen Gracie para presidente do STF, os integrantes daquela corte a indicaram para o conselho, hoje presidido pelo ministro Nelson Jobim.

Órgão do Poder Judiciário brasileiro, o CNJ atua em todo território nacional. Instalado em 14 de junho de 2005, com sede em Brasília, compõe-se de 15 membros. Suas principais competências, estabelecidas na Constituição e regulamentadas no regimento interno do conselho, são zelar pela autonomia do Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos e recomendações. Cabe ainda ao CNJ definir os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário.

"A ninguém interessa o impasse, muito menos ao Brasil", afirma Renan ao atender sugestão de Virgílio e anunciar intenção de falar com presidente do Supremo



José Jorge desafia o ministro do Trabalho a provar que caseiro foi treinado

## José Jorge rebate declarações de Luiz Marinho

O senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria, acusou o ministro Luiz Marinho, do Trabalho, de ser irresponsável e de ter feito declarações à imprensa "tentando envolver parlamentares com práticas criminosas". Marinho disse que os congressistas "inventaram um caseiro" no caso Palocci e ainda o treinaram.

José Jorge ressaltou que o ministro não apresentou nenhuma prova contra algum parlamentar que tivesse "inventado e treinado" o caseiro Francenildo Santos Costa. Por conta disso, o senador informou que pretende acionar novamente a Comissão de Ética Pública do governo, para que tome providências.

Recentemente, lembrou o senador, Marinho foi formalmente advertido pela Comissão de Ética por desacatar o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). A comissão recomendou que o ministro "deve observar o autocontrole, inclusive verbal", a fim de "resguardar a urbanidade e o respeito entre os agentes públicos".

### Acusações

José Jorge sustentou que o episódio da quebra de sigilo bancário de Francenildo Costa "revela o caráter autoritário do governo Lula". Ele disse que foi o presidente Lula quem "comandou a operação" que resultou na concessão de liminar, pelo Supremo Tribunal Federal, impedindo o depoimento do caseiro.

– O presidente Lula também pode estar por trás da quebra de sigilo fiscal do Francenildo – opinou o senador.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que Francenildo corre risco de vida, pois ele agora não quer mais a segurança da Polícia Federal nem pretende mais entrar no programa de proteção a testemunhas. O caseiro tomou essas atitudes depois que seu sigilo bancário foi invadido "e ele perdeu toda a confiança no aparelho do Estado".

# Renan vai ao STF discutir as divergências entre os Poderes

Atendendo a solicitação do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o presidente do Senado, Renan Calheiros, comprometeu-se a marcar reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, para tratar de atritos envolvendo os Poderes Legislativo e Judiciário. O objetivo da sugestão de Arthur Virgílio é que, ao final

dos entendimentos, fique bem delimitada a área de atuação de cada um dos Poderes.

– Tudo que não gostaria de ver é um Executivo hipertrofiado e, ao mesmo tempo, Judiciário e Legislativo, os dois pilares da democracia, degladiando-se, com perda para a maximização das investigações das CPIs – disse Arthur Virgílio.

Renan lembrou que, mesmo sendo consideradas normais as tensões entre os Poderes nas sociedades democráticas, o impasse atual vivido pelos dois Poderes não pode ser aceito.

– A ninguém interessa o impasse, muito menos ao Brasil. É fundamental que todas as denúncias feitas às CPIs sejam esclarecidas – concluiu Renan Calheiros.

## Sérgio Guerra teme crise institucional no país

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) manifestou preocupação com os recentes conflitos entre os Poderes Judiciário e Legislativo, que ele considera "sintomas de um mal-estar crescente" de ameaça à democracia, afirmando que o Congresso Nacional apenas tem reagido a situações de crise geradas pela "falta de capacidade democrática e de coerência da base do governo".

Sérgio Guerra avalia como gravíssimo o fato de o Congresso Nacional não ter votado até agora o Orçamento da União para 2006, sob o falso argumento de a oposição estar dificultando a votação. O senador mostrou-se indignado com o rompimento do acordo, feito na semana passada, para compensação dos estados



Sérgio Guerra afirma que o Brasil atravessa "um momento crítico"

exportadores pelas perdas ocasionadas pela Lei Kandir, que isenta do ICMS produtos destinados à exportação.

– Estamos em um momento crítico, momento de uma crise política com pinta de crise institucional crescente. Não pensar sobre isso é não pensar sério – alertou ele.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Jefferson: "Instituições estão maculadas por uma elite política e judiciária"

Lula a quebrar o sigilo bancário do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, que, supostamente, teria pago empréstimo pessoal do presidente tomado ao PT.

Para o parlamentar, o ministro do STF não tinha condições de avaliar se a CPI dos Bingos estava exorbitando de sua competência ao ouvir o depoimento do caseiro da residência na qual assessores do ministro da Fazenda supostamente realizavam operações de tráfico de influên-

cia junto ao governo.

Jefferson defendeu a imediata aprovação de projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), para que liminares sejam julgadas pelo pleno do STF e não apenas por um ministro. Sobre a quebra de sigilo, o senador lembrou que o caseiro teve seus direitos de cidadão violados e que a conta cujo sigilo foi quebrado pertencia a um banco oficial, vinculado a Palocci, "que teria interesse em desmoralizar e desqualificar seu depoimento".

O líder do PDT disse que o Legislativo está sendo violado em seu papel de legislador, ao ser impedido, pelo Poder Judiciário, de investigar o Executivo, o que é sua função.

Ele criticou ainda a greve dos desembargadores dos tribunais de Justiça de Minas Gerais para "manter o privilégio" de receber mais que o teto constitucional de R\$ 24,5 mil.



Antonio Carlos cobra explicações da Petrobras sobre contrato com a GDK

## ACM quer quebra dos sigilos de Okamoto e do filho de Lula

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu rapidez na votação dos requerimentos de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente da República.

Antonio Carlos também cobrou explicações da Petrobras sobre relatório do Tribunal de Contas da União que aponta superfaturamento de US\$ 17 milhões em contrato da plataforma de petróleo P-34. O senador lembrou que a empresa encarregada da obra é a empreiteira GDK, que deu um Land Rover ao ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira.



Almeida Lima considera que o ministro da Justiça tem prejudicado trabalho das CPIs

## Almeida Lima pede demissão de Palocci e de Thomaz Bastos

Almeida Lima (PMDB-SE) pediu a demissão dos ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça. Este último, para o senador, tem prejudicado todas as investigações movidas pelo Congresso.

O representante sergipano argumenta que, segundo matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, os dados bancários do caseiro Francenildo Santos Costa teriam sido devassados pela Polícia Federal – subordinada a Márcio Thomaz Bastos – sem autorização judiciária, e entregues a um assessor do Ministério da Fazenda.

Autorização entregue pelo advogado de Francenildo Santos Costa restringe a manipulação dos dados apenas à comissão e a seus integrantes

## Pedido de Ideli Salvatti causa polêmica entre senadores

Requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ao presidente da Casa, senador Renan Calheiros, provocou debates acirrados entre senadores do governo e da oposição, durante a sessão de ontem. O pedido de Ideli, requerendo o acesso às fitas do circuito interno de TV do Senado para verificar a movimentação do caseiro Francenildo Santos Costa no interior da Casa, foi criticado duramente por Heráclito Fortes (PFL-PI), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e outros senadores.

A controvérsia teve início quando Antero – referindo-se a uma nota publicada no jornal *O Globo* – solicitou a confirmação de Renan Calheiros sobre a existência ou não do requerimento de Ideli. O senador pediu o esclarecimento por entender que as imagens solicitadas por Ideli poderiam comprometer-lo, uma vez que, conforme ele próprio já havia informado à CPI dos Bingos, tinha sido procurado pelo caseiro Francenildo em seu gabinete.

Respondendo a Antero Paes de Barros, Ideli garantiu que seu requerimento não tinha o



Márcia Kolumbe

**Ideli desiste de saber os passos do caseiro no Senado**

objetivo de atingir ninguém, principalmente o senador, já que ele havia registrado, “de viva voz”, ter recebido Francenildo em seu gabinete por intermédio de uma pessoa comum.

Por sugestão do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), feita em Plenário, a senadora desistiu de levar adiante o documento, concordando em transferir as investigações à Polícia Federal.

– Ideli é uma grande guerreira, sempre disposta a defender o governo. Acho que de fato isso não deveria estar em nossa pauta. Acho que o melhor seria transferirmos a responsabilidade de apuração à Polícia Federal – ponderou Mercadante.

## Lando diz que requerimento de senadora lembra ação da KGB

O senador Amir Lando (PMDB-RO) protestou ontem contra requerimento elaborado pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti, que pretendia investigar os eventuais contatos feitos no Senado pelo caseiro Francenildo Santos Costa.

– Não aceitamos patrulhamento. Aqui não há KGB – disse Lando, em referência à polícia de ordem política da ex-União Soviética, famosa por espionar e reprimir os opositores do regime.

Para Amir Lando, o requerimento – que foi retirado – significaria uma ofensa ao Parlamento e feriria os direitos do Legislativo expressos na Constituição. O artigo 53, por exemplo, garante que “os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Conforme o parágrafo 6º do mesmo artigo, “os deputados e senadores não serão obrigados a testemunhar



Roosevelt Pinheiro

**Requerimento significaria uma ofensa ao Parlamento, avalia Amir Lando**

sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.”

Segundo o parlamentar, se o requerimento prosperasse, os senadores estariam desmerecendo o mandato recebido dos eleitores. Fátima Cleide (PT-RO) fez apelo no sentido de que os senadores moderassem a linguagem, de modo a manterem “o respeito parlamentar”.

## Caseiro autoriza CPI dos Bingos a quebrar todos os seus sigilos

No início da tarde de ontem, o advogado Wlício Chaveiro Nascimento, que representa o caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, entregou ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), documento no qual Nildo autoriza a CPI a quebrar seus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

A autorização restringe a manipulação dos dados apenas à comissão e aos senadores que a integram. Efraim afirmou que Nildo é “um exemplo de um homem sério, de um trabalhador brasileiro que só quer falar a verdade”.

– Esse assunto tem de ser esclarecido o mais rápido possível, foi uma violência contra um cidadão comum – observou Efraim ao se referir ao recente vazamento de informações bancárias do caseiro.

Wlício Nascimento destacou que a autorização serve para



Márcia Kolumbe

**Recente vazamento de informações bancárias do caseiro foi uma violência, diz Efraim**

“abrir o que já foi aberto”.

– Francenildo está se defendendo, está mostrando que não tem nada a temer – disse o advogado.

No Plenário do Senado, Efraim leu na íntegra o documento enviado por Nildo e elogiou a atitude do caseiro. De acordo com o presidente da CPI dos Bingos, o colegiado vai analisar hoje o fato em reunião administrativa. Para Efraim, o documento terá

de ser apreciado e votado na CPI dos Bingos para ter validade jurídica.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) elogiou a disposição de Nildo. O mesmo fez Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ao avisar que encaminhará à CPI dos Bingos requerimento pedindo a convocação, para prestar depoimento, do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Eduardo Levi Mattoso.

## Caixa deve divulgar dados sobre quebra ilegal em 15 dias

A Caixa Econômica Federal informou ontem que já constituiu uma comissão de sindicância para investigar o vazamento de dados bancários sigilosos do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, na semana passada. A comunicação foi dada pelo senador Flávio Arns (PT-PR), que, em conjunto com os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Alvaro Dias (PSDB-PR), integrou grupo designado pela CPI dos Bingos para buscar na estatal informações sobre o acontecimento.

De acordo com Arns, o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e os diretores da estatal afirmaram que os resultados das investigações serão divulgados em um prazo máximo de 15 dias. Alvaro Dias destacou que a reunião durou cerca de uma hora e que Mattoso avisou que a estatal já solicitou à revista *Época* (que publicou os dados sigilosos de Nildo em primeira mão) o extrato bancário original. Para Alvaro Dias, a Caixa está sendo lenta nas investigações.



Roosevelt Pinheiro

**Alvaro defende investigação sobre acusações de tráfico de influência**

## Alvaro Dias quer PF nas denúncias que cercam Palocci

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a apresentação de requerimento, pela CPI dos Bingos, para que a Polícia Federal investigue o suposto tráfico de influência de pessoas ligadas ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no atual governo, conforme denúncias do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, em depoimento à comissão na semana passada.

– Queremos uma investigação com profundidade, que supere todos os obstáculos postos à nossa frente, até mesmo os colocados pelo Supremo Tribunal Federal em decisões monocráticas, que

dizem respeito a uma tentativa de obstruir os trabalhos de investigação e blindar autoridades contaminadas neste tempo de corrupção – afirmou Alvaro Dias.

O depoimento foi interrompido por conta de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob a alegação de que a CPI dos Bingos estaria investigando episódios sem correlação com o fato determinado que justificou sua criação. A liminar foi concedida pelo ministro Cezar Peluso, em mandato de segurança impedido pelo senador Tião Viana (PT-AC).

– Jamais quisemos ouvir detalhes da vida privada do ministro, mas sobre a sua participação nos encontros realizados na casa e sobre as acusações de tráfico de influência – disse.

### Correios

Alvaro Dias também quer que o relatório final da CPI dos Correios, a ser apresentado nos próximos dias, contenha provas documentais e testemunhais que auxiliem o trabalho do Ministério Público e autoridades policiais na apuração das denúncias de corrupção.



João Alberto (D) e Demostenes apontam falta de prova e acusações imprecisas

## Conselho de Ética arquiva queixas contra senadores

O Conselho de Ética do Senado arquivou representação contra Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por prestação de contas irregular na campanha à reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998.

Demostenes Torres (PFL-GO), vice-presidente do conselho, argumentou que, como as contas que estão sendo questionadas não se referem à eleição de Azeredo para senador, não cabe ao colegiado investigar o assunto.

Por decisão do presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), a representação contra Romero Jucá (PMDB-RR) também foi arquivada, por falta de provas que embasassem a denúncia de que o senador seria proprietário de TV Caboraí de Roraima, o que é proibido por lei.

Foi arquivada ainda representação contra Arthur Virgílio (PSDB-AM), por uso da tribuna para caluniar o presidente Lula.

## Divergências sobre acusação contra Mesquita Júnior

Ao depor no Conselho de Ética do Senado, Maria das Dores da Silva não confirmou as denúncias contra Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), de que o senador cobrava a devolução de parte dos salários de seus funcionários, em escritórios do Acre, para cobrir despesas das unidades.

Paulo dos Santos Freire, em depoimento ao conselho, garantiu ter sido obrigado a devolver R\$ 410, dos R\$ 1.100 mensais que recebeu entre janeiro de 2004 e janeiro de 2005. Ao se negar a continuar com os pagamentos, foi sumariamente demitido, disse.

O jornalista Hugo Marques, do *Jornal do Brasil*, também testemunhou ontem para confirmar que tanto Paulo quanto Maria das Dores foram enfáticos em reconhecer a cobrança indevida, em três telefonemas distintos. O conselho deve ouvir Mesquita Júnior na próxima semana.

“Fizemos passeatas pela anistia, por que não as fazemos para salvar meninos que estão morrendo?”, questiona senador, que se diz triste e envergonhado

## Cristovam propõe frente para defender as crianças

Ao confessar que se sentiu triste e envergonhado ao ler, no último sábado, matéria sobre prostituição infantil, e ao assistir, no domingo, a documentário sobre crianças cooptadas pelo crime, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a criação de uma frente multipartidária que lute para melhorar as condições de vida dos meninos e meninas brasileiros.

– Fizemos passeatas pela anistia, por que não as fazemos para salvar meninos que estão morrendo? Corremos o risco de prisão e expulsão do país para lutar por eleições diretas e pela Constituinte, por que não usar a



Cristovam: “O povo, quando recebe alguma coisa, é na forma de esmola”

mesma força e vigor para o país ser integrado socialmente? Não tenho elaborado em detalhes como seria essa frente, mas gostaria que usássemos o tem-

Fotos: Roosevelt Pinheiro

pinho de sobra que as CPIs e os discursos contra a corrupção nos deixam para tentar levar a pauta do povo nem que seja para estes intervalos – disse Cristovam Buarque.

Na avaliação do senador, mais do que ocupar a tribuna para fazer discursos a favor das crianças, os parlamentares devem aproveitar a elaboração do Orçamento para reduzir as desigualdades sociais do país. Ao contrário, lamentou, os maiores beneficiários pela lei orçamentária são as corporações organizadas, como os bancos.

– O povo, quando recebe alguma coisa, é na forma de esmola – protestou Cristovam.

## Lúcia Vânia considera o governo incompetente

Ao comentar o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, exibido no último domingo no programa *Fantástico*, da TV Globo, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) tachou o governo federal de incompetente. Ela afirmou que as iniciativas do governo Lula na área social não conseguem tirar os jovens do mundo do tráfico e da criminalidade.

– Programas como o Primeiro Emprego, o Escola de Fábrica, os Consórcios da Juventude, o Segundo Tempo, todos com nomes muito bonitos, são verdadeiros insucessos, que não conseguiram atingir nem uma décima parte das metas anunciadas – criticou.



Segundo Lúcia Vânia, programas oficiais “são verdadeiros insucessos”

Lúcia Vânia destacou que o Programa Primeiro Emprego, por exemplo, conseguiu empregar apenas 6,2 mil jovens, entre 2003 e 2005, mesmo tendo uma meta de atender 150 mil em um ano de funcionamento.

– Sem poder acabar com a subvenção criada por lei para o Primeiro Emprego, o governo partiu para outro programa na mesma linha, chamado Consórcios da Juventude, cujos resultados são igualmente ínfimos, apesar de ter recebido verba de R\$ 60 milhões – acrescentou.

Em aparte, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) alertou para a necessidade de o governo e a sociedade em geral desenvolverem políticas públicas mais eficientes.

– Ouvir aquelas crianças anunciando aquelas verdades é como um tapa na cara da elite brasileira. Precisamos ser melhores do que somos e fazer mais do que fazemos – enfatizou Antero.

## Heloísa cobra responsabilidade do poder público

A emoção provocada pelo documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, registro do aliciamento de menores pelo narcotráfico, levou a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) a cobrar a responsabilidade do poder público e da sociedade sobre o problema.

– O programa emociona porque mostra uma realidade objetiva, mas cabe ao governo, ao



Heloísa diz que documentário emociona porque mostra realidade objetiva

Congresso e à própria TV Globo mostrar também por que isso acontece e o que pode ser feito para mudar essa situação.

Heloísa observa que em uma sociedade como a brasileira

– onde um menino diz para a câmera que quer ser bandido quando crescer e uma doméstica (Angélica Aparecida de Souza Teodoro, 18 anos, com um filho de 2 anos) está presa há quatro meses por furtar um pote de manteiga de R\$ 3,20 – é fácil um pobre ver a marginalidade como último refúgio. Na ausência do Estado, disse a senadora, essas crianças acabam sendo adotadas pelo narcotráfico.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou a cobrança de Heloísa ao governo Lula no sentido de cuidar dos menores brasileiros abandonados.



Mão Santa pede união do partido em torno da candidatura própria nas eleições

## Mão Santa comemora os 40 anos do PMDB

Ao comemorar os 40 anos de existência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), completados hoje, Mão Santa (PMDB-PI) acusou o PT de tentar “realizar um estupro democrático”, ao pedir que seu partido vá unido com ele para as eleições de outubro. O senador pelo Piauí defendeu a candidatura própria e disse que o compromisso do PMDB é “com o povo, a democracia e a pátria”.

Mão Santa criticou “os fracos do partido” por quererem vender o PMDB para o PT, lembrando que nem mesmo a ditadura impediu o partido de ter candidato próprio.

O senador recordou a luta do PMDB pelo retorno do país à “plenitude democrática”, durante a ditadura militar, quando foi lançada a “anticandidatura de Ulysses Guimarães e Sobral Pinto contra os canhões de Geisel”. Ele acrescentou que, mesmo naquela ocasião, não houve unidade dentro do partido, pois os autênticos optaram pelo voto em branco.

## Partido será homenageado pelo Senado na sexta

Efraim Morais (PFL-PB) leu ontem, em Plenário, requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando sessão especial do Senado para homenagear o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pelos seus 40 anos. Deferida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, a homenagem será realizada na sexta-feira, às 10h.

Fundado no então Estado da Guanabara, em 1966, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tornou-se um partido de oposição ao governo, dentro do sistema de bipartidarismo existente na época (MDB e Arena). O primeiro presidente do MDB foi o senador Oscar Passos, tendo como vice-presidente o deputado Ulysses Guimarães. O MDB se transforma em PMDB em 1980.



Tuma (E) e Luiz Otávio na cerimônia em homenagem a Tebet (ao lado de sua filha Simone)

## Foto de Ramez Tebet entra para galeria de ex-presidentes da CAE

Ramez Tebet (PMDB-MS), que presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no biênio 2003/2004, passou a integrar a galeria de fotos dos ex-presidentes da comissão. A inclusão da imagem do senador foi feita ontem, em cerimônia na CAE.

Durante a gestão de Tebet, 88 projetos de lei foram aprovados, entre eles o que gerou a nova Lei de Falências (Lei 11.101/05); o de Parceria Público-Privada (PPP); e o de Biossegurança. A CAE ocupou-se ainda, sob a presidência de Tebet, da atualização do Código Tributário Nacional.

Em seu pronunciamento durante a cerimônia, Tebet lembrou que integra a CAE desde 1995, quando tomou posse no Senado.

## Comissão aprova crédito para programa em municípios de Minas

A operação de crédito para Minas Gerais no valor de US\$ 50 milhões para financiar, parcialmente, a primeira fase do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte (Processo) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foi acolhido ainda pedido para tramitação urgente da matéria, que será votada ainda pelo Plenário.

A contratação do crédito externo, se aprovada no Plenário, será feita junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União. A solicitação, de autoria do Executivo, teve como relator o senador

Luiz Otávio (PMDB-PA). – É apenas um retrato, eu sei. Mas é muito significativo para mim porque me permite fazer um balanço do meu trabalho – afirmou.

O atual presidente da comissão, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), destacou que Tebet ocupou vários cargos importantes durante sua vida pública, como o de ministro da Integração Nacional e o de presidente do Senado.

O retrato do senador Ramez Tebet é o 40º da galeria dos ex-presidentes da CAE. O primeiro retrato é o do ex-senador Waldomiro Magalhães, que ocupou a presidência da então Comissão de Economia de 1935 a 1950 e da Comissão de Finanças, de 1935 a 1946.

Luiz Otávio (PMDB-PA).

O Processo visa, segundo informações do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, contribuir para o desenvolvimento de 224 municípios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) em Minas Gerais, por meio da pavimentação das vias de acesso à malha rodoviária federal e estadual já asfaltada.

O custo total do programa está estimado em US\$ 166,7 milhões, sendo que, além dos recursos contratados junto ao BID, em duas etapas de US\$ 50 milhões, serão aportados US\$ 66,7 milhões como contrapartida do estado de Minas Gerais.

Projeto aprovado na CAE, em decisão terminativa, prevê que o consorciado desistente só receberá os valores pagos no encerramento do grupo, para não prejudicar os demais

# Novas regras para os consórcios aumentam segurança dos grupos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar e em decisão terminativa, substitutivo ao projeto que trata do sistema de consórcios. O texto tem por objetivo regulamentar essa atividade econômica, regular as operações e preservar os interesses do grupo de consorciados que cumprir integralmente seus compromissos contratuais, conforme explicou o autor, senador Aelton Freitas (PL-MG).

A proposta (PLS 533/03) estabelece que o desistente do grupo de consorciados não poderá receber de imediato o valor pago até o momento da desistência, mas somente no encerramento do grupo, para não prejudicar os demais participantes que cumprirem os compromissos contratuais.



Proposta de Aelton Freitas busca assegurar o cumprimento dos contratos

– Dada a natureza técnico-matemática da matéria, estabeleceu-se que a devolução ao desistente será no término do grupo, com vistas a preservar os mecanismos assecuratórios para que sejam atingidos seus objetivos: a atribuição de crédito aos participantes em prazo previamente determinado – explicou Aelton.

O senador destaca o crescimento da atividade de consórcio no país. Em 2002, informou, essa atividade envolvia 368 administradoras cadastradas no Banco Central, com patrimônio líquido superior a R\$ 1,5 bilhão e movimentação financeira de cerca de R\$ 11 bilhões.

No ano passado, o substitutivo foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o relator na CAE, senador Gerson Camata (PMDB-ES), as emendas apresentadas por Aelton tiveram por objetivo reparar equívocos de técnica legislativa, com relação à competência do Banco Central – órgão regulador do sistema de consórcios no que tange a baixar normas e fixar condições para a aplicação de penalidades – e ao contrato do consórcio.

## Marta Suplicy explica contrato do Reluz, mas não convence relator

A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy disse ontem, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que não cometeu nenhuma irregularidade ao realizar operação relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), por meio do contrato realizado com a Eletropaulo, mesmo tendo feito um segundo aditamento sem a prévia autorização do Ministério da Fazenda e do Senado. Ela afirmou que a operação é normal, praticada por muitas prefeituras, e o segundo aditamento não necessitava de autorização, pois não modificou o projeto original.

César Borges (PFL-BA) e Osmar Dias (PDT-PR) não concordaram com os argumentos de Marta, alegando que ela descumpriu tanto a Resolução do Senado 43/01 como o artigo 32 da Lei

Complementar 101/00 – a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os senadores observaram que o próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acusou a ex-prefeita de descumprir a resolução e a LRF, em ofício enviado ao Senado no dia 27 de dezembro de 2004.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a ex-prefeita e o Reluz, alegando que o programa trouxe benefícios para São Paulo, como a redução de 35% no gasto de energia. Mercadante anunciou que apresentará voto em separado, na tentativa de aprovar na CAE parecer alternativo ao do relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente do colegiado. O texto de Luiz Otávio leva em conta estudo técnico da consultoria da Casa, que conclui nos mesmos termos



Em defesa de Marta, Mercadante deve apresentar parecer alternativo na CAE

do ofício de Palocci, ou seja, que a ex-prefeita descumpriu normas do Ministério da Fazenda e do Senado.

– Devemos superar essa questão e aprovar um novo parecer – pediu Mercadante.

Luiz Otávio disse que o voto em separado será encaminhado normalmente e apreciado pela comissão, bem como seu parecer, pois a CAE “é totalmente independente de política partidária”.

## Alvaro: apoio a taxistas do Paraguai

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou uma solução para o impasse envolvendo os taxistas paraguaios e a Receita Federal brasileira. O senador disse ter recebido ontem a visita de autori-

dades e comerciantes paraguaios, que protestaram contra a revista diária e conseqüente apreensão de dezenas de táxis daquele país, que ficam lacrados no pátio da Receita.

– Para que possamos avaliar a gravidade da crise, basta considerar que a frota de táxis na fronteira é de aproximadamente 6 mil veículos. Esse contingente de trabalhadores está tendo sérias

dificuldades para trabalhar. Um universo de 20 milhões de pessoas depende direta e indiretamente das mercadorias compradas no país vizinho – ressaltou Alvaro Dias.

## Em audiência, apelo em favor de cotas nas universidades

Ao encerrar as comemorações do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo à Câmara para que envie ao Senado o Projeto de Lei 73/99, que institui o sistema de cotas nas universidades para negros e alunos provenientes de escolas públicas.

Aprovado em decisão terminativa no último dia 8 de fevereiro pela Comissão de Educação da Câmara, o projeto foi objeto de recurso para votação em Plenário. No Senado, segundo Paim, a proposta será aprovada com urgência.

Convidado para a audiência sobre as ações afirmativas voltadas para as questões raciais, o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, afirmou que a política de cotas para negros e índios nas universidades melhora a qualidade do ensino na medida em que aumenta a diversidade étnica e cultural dessas instituições.

Em apoio à posição expressa por Cristovam Buarque (PDT-DF), o reitor da UnB defendeu investimentos no ensino público para que mais jovens pobres cheguem ao final do ensino médio. O senador afirmou que apenas 30% dos estudantes brasileiros terminam o ensino médio.

O representante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Renato Ferreira, disse que os alunos cotistas que ingressaram nessa instituição em 2003 obtiveram notas mais altas do que os não cotistas. Isso, segundo ele, ajuda a derrubar o mito de que as cotas podem piorar o ensino nas universidades.

Segundo o representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o governo Lula forneceu recursos para financiar o estudo de estudantes pobres, negros e índios nas universidades privadas.



Cristovam: apenas 30% dos estudantes brasileiros terminam o ensino médio

Ensino técnico, na avaliação de Paulo Paim, pode combater um problema sério: o dos jovens sem qualificação para ingressar no mercado de trabalho



Paim (2º à esq.) explica projeto de sua autoria que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador

## Criação de escolas técnicas é tema de seminário em Canoas

Em seminário realizado pela Comissão de Educação (CE), na segunda-feira, em Canoas (RS), Paulo Paim (PT-RS) defendeu a criação de escolas técnicas como forma de capacitar os brasileiros a uma profissão e de lhes garantir o direito ao emprego e à cidadania. Para o senador, milhares de pessoas podem ser beneficiadas caso projeto de lei de sua autoria – que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep) – seja aprovado.

Paim explicou que o PLS 274/03 vai permitir que seja investido cerca de R\$ 1,5 bilhão em 2006 e 2007 em escolas técnicas em todo o país. Ele informou que em 2004 o governo destinou a esse setor R\$ 250 milhões.

– O projeto é defendido pelo Ministério da Educação, pelas entidades sindicais e pela comunidade, para que o sonho do direito a uma profissão possa ser

dado a todo jovem brasileiro; e não só ao jovem, mas também ao cidadão com mais de 45 anos.

O senador observou ainda que os jovens brasileiros querem trabalhar para, além de contribuir com o aumento da renda de suas famílias, ter condições de pagar os estudos em nível superior. Como não têm qualificação para ingressar no mercado de trabalho, disse, voltam-se para o tráfico de drogas.

### Desenvolvimento

Na avaliação do ministro interino da Educação, Jairo Jorge da Silva, para que um país alcance o desenvolvimento é necessário realizar investimentos em educação pública de qualidade. Ele informou que 97% das crianças brasileiras estão freqüentando o nível fundamental. Mas, na sua opinião, o ensino brasileiro oferecido ainda não é de qualidade.

Jairo da Silva destacou ainda a importância do investimento

em tecnologia e capacitação de docentes e disse que o governo federal deve assumir sua responsabilidade na área educacional.

– O governo deve fazer sua parte e não jogar para os estados e para os municípios a responsabilidade – afirmou.

O seminário foi realizado na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS) e contou também com a presença dos deputados Marco Maia e Maria do Rosário, ambos do PT gaúcho; do prefeito de Canoas, Marcos Ronchetti; do secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco; do secretário municipal de Cultura, Marcos Zandonai; do representante da Secretaria Estadual de Educação, Flávio Fialho; do presidente do CICS, Luiz Roberto Steinmetz; além de vereadores e sindicalistas de vários segmentos profissionais.

## Comissão aprova dia para a luta dos povos indígenas

A Comissão de Educação (CE) aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 342/05, do senador Paulo Paim (PT-RS), que institui 7 de fevereiro como o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Estiveram presentes à votação representantes dos índios pataxós.

Outra proposição aprovada foi o substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao PLS 286/05, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que confere ao Ministério Público (MP) a função de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro. A proposta fixa ainda que ao MP cabe “a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor paisagístico, estético, histórico e turístico, às práticas desportivas e a outros interesses difusos, coleti-

vos e individuais indisponíveis e homogêneos”. A matéria receberá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Foi aprovado ainda o substitutivo ao PLS 231/05, apresentado pelo relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que confere isenção do pagamento de taxas de ocupação para templos de qualquer culto que ocuparem terrenos de marinha e acrescidos. Estabeleceu-se que a entidade titular do benefício deverá, anualmente, requerer o benefício perante a secretaria de patrimônio histórico da respectiva circunscrição. O projeto, que receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Também foi aprovado o PLS

160/04, do senador Augusto Botelho (PDT-RR), que altera a Lei 8.670/93 para incluir a capital de Roraima, Boa Vista, entre os municípios que possuem escolas técnicas e agrotécnicas federais.

### Campanha publicitária

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu que fosse marcada audiência com o presidente da Petrobras, Sérgio Gabriel, para prestar esclarecimentos sobre a campanha publicitária de auto-suficiência na produção petrolífera antes que ela entre no ar. As peças publicitárias foram elaboradas por Duda Mendonça. O depoimento deve ser realizado na próxima semana.

A Comissão de Educação também aprovou outros 32 projetos de decreto legislativo que concedem autorização para a execução de serviços de radiodifusão a diversas rádios comunitárias no Brasil.



Crise do setor poderá resultar em grandes prejuízos para a economia, prevê Maguito

## Maguito Vilela defende MP do Bem para a agropecuária

Preocupado com a crise por que passa o setor agropecuário brasileiro, Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a sugestão do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, de que seja editada uma medida provisória do Bem para socorrer o setor. Essa MP, na opinião do senador, deveria contemplar a liberação de recursos para sustentar os preços na safra, a prorrogação de vencimentos de dívidas, mais verba para a temporada 2006/2007, além da redução de custos de produção.

– A área plantada tende a ter uma redução enorme. Os prejuízos para a economia do país serão de grande impacto – alertou.



Entre as ações necessárias, Raupp aponta investimentos em saneamento básico

## Raupp quer políticas que incentivem o uso racional da água

Valdir Raupp (PMDB-RO), ao lembrar a comemoração do Dia Mundial da Água, em 22 de março, defendeu a implementação de políticas que permitam o uso racional dos recursos hídricos, de forma a satisfazer as necessidades humanas atuais, sem comprometer as gerações futuras.

O parlamentar lembrou que as populações de muitos países já sofrem com a falta de água, o que torna necessário seu melhor aproveitamento por parte de todas as nações, mesmo o Brasil, que dispõe de 11% das reservas mundiais de água potável.

O representante de Rondônia também pediu mais investimentos em saneamento básico.